

# Contribuição epistemológica do regime militar ao campo jornalístico: a monografia da imprensa brasileira elaborada pelo SNI<sup>1</sup>

**Álvaro Nunes Lorangeira**

## Resumo

A partir das informações dos principais jornais em todos os Estados do Brasil colhidas pelas sucursais do Serviço Nacional de Informações, em documentação encontrada no Fundo SNI do Arquivo Nacional, o artigo concebe uma monografia da imprensa brasileira, enfatizando confluências, desvios e divergências entre empresas de comunicação e governo militar, na intenção de contribuir com os estudos da memória jornalística no período do regime militar e amplificar os sítios de pesquisa de expressão nacional da História da Comunicação no Brasil, comumente restritos às regiões Sudeste e Sul do país.

### Palavras-Chave

Imprensa brasileira. Jornais. SNI. Monografia. Regime militar.

## 1 Introdução

Em março de 1974, podem ser contabilizados ao regime militar implantado uma década antes 17 atos institucionais e quase uma centena de atos complementares e decretos-lei para ordenar a vida político-social brasileira e depurar a sociedade civil e as estruturas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário dos cidadãos indesejáveis à classe castrense-civil mandante. Em 10 anos, há 18 mandatos parlamentares cassados, 518 pessoas têm os direitos políticos cassados, com a respectiva perda automática do mandato ou inelegibilidade por 10 anos, e 522 parlamentares são, ao mesmo tempo, cassados e suspensos. Mil cento e vinte e quatro funcionários públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são contemplados com aposentadoria compulsória, 844 militares são reformados e 1.775 funcionários públicos civil ou militar são demitidos, sem quaisquer ressarcimentos financeiros. No total de 4.841 punições, 78,14%, correspondendo a 3.788 pessoas, são depurados da administração pública, sendo 1.312 militares, 2.081 da administração civil, 146 do Judiciário e 205 da segurança pública;

**Álvaro Nunes Lorangeira** | alvarolarangeira@gmail.com  
Pós-doutor em Jornalismo pela Universidade de Coimbra – Portugal, como bolsista do CNPq, e doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. É professor adjunto no Mestrado e Doutorado em Comunicação e Linguagens e do curso de Jornalismo da Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil.

e 21,86% (1.058 indivíduos) correspondem ao sistema político formal, como governantes, senadores, deputados, suplentes, ativistas, militantes e lideranças políticas e sociais.<sup>2</sup>

No começo da década de 1970 se dá o recrudescimento por parte do Estado e sua estrutura repressiva na eliminação física dos oponentes, tanto dos grupos optantes pelo enfrentamento armado ao regime militar, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), quanto das forças políticas com histórico de oposição às ditaduras brasileiras, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em outubro de 1973, o governo implementará a terceira incursão militar no Araguaia, no sul do Pará e norte do Tocantins, para, dessa vez, aniquilar os focos guerrilheiros do PCdoB na região. Durante a Operação Marajoara, entre outubro de 1973 e o final do ano seguinte, 56 militantes comunistas serão mortos e terão os corpos ocultados, somando-se ao rol dos 434 mortos e desaparecidos no período da ditadura militar. Em julho de 1974, o presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing, solicita ao general Ernesto Geisel a preservação da vida do dirigente comunista do PCB David Capistrano da Costa, por consideração à participação do brasileiro na resistência francesa durante a ocupação nazista. Entretanto, tendo em vista Capistrano da Costa haver sido detido de forma clandestina em março

daquele ano, sem notificação oficial da prisão, no decorrer da Operação Radar, destinada a eliminar dirigentes do PCB, o governo brasileiro respondeu desconhecer o paradeiro do comunista, morto e desaparecido no centro clandestino do Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis (RJ), a conhecida Casa da Morte.

## **2 O paradigmático 10º ano do regime militar**

Documento redigido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) prognosticava para 1974 a contrarrevolução comunista por meio da imprensa. Entidade lançada em 1962, por representantes do Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), federações e centros da indústria e comércio do Rio de Janeiro e São Paulo, federações e sindicatos dos bancos paulista e carioca e integrantes da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), o IPES compunha uma das tantas organizações latino-americanas idealizadas pelos Estados Unidos no final dos anos 1950 para desestabilizar governos progressistas ou com indícios esquerdistas, supervisionadas pela Central de Inteligência Americana (CIA) e financiadas com recursos do projeto Aliança para o Progresso, multinacionais americanas e grande empresariado local. Na introdução

**1** Pesquisa com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por intermédio da chamada MCTI/CNPq/CAPES nº 18/2012 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Memória nas Mídias, no XXIV Encontro Anual da Compós/2015, na Universidade de Brasília (UnB).

**2** FIGUEIREDO, 1978, p. 150 e 151.

do documento da entidade responsável pela fomentação ideológica e suporte financeiro-militar para destituir o presidente João Goulart, o redator detalhava o plano comunista: controlar as redações e sucursais das empresas jornalísticas, eleger parlamentares jornalistas e, assim, insuflar a opinião pública e a classe política contra o regime revolucionário.<sup>3</sup>

Ainda em 1974, o Serviço Nacional de Informações (SNI), nas instâncias internas, realiza estudo para a reformulação do Conceito Estratégico Nacional, a base para todo o planejamento estratégico nacional, na conceituação do general Golbery do Couto e Silva, ideólogo e implementador do SNI.<sup>4</sup> O relato expõe as fendas crescentes no décimo ano do regime militar. Há contestação no partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ao processo eleitoral indireto para presidente e governadores. Judiciário e Legislativo tensionam com o Executivo, em especial na concessão dos *habeas-corpus*, interpretada como desabonador do princípio da autoridade federal. A ONU, no plano externo, e o clero pressionam o governo na questão dos direitos humanos. O setor agropecuário destoa do desenvolvimento industrial, forçando a espiral inflacionária. Detecta o SNI abuso do poder econômico na indústria automobilística e na pecuária, infraestruturas rural e urbana deficitárias na

distribuição e no escoamento da produção agrícola e industrial, desníveis econômicos e sociais tornam-se visíveis no poder aquisitivo da população – 52,5% da população ativa recebe menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois – e a preocupante projeção: a elevação do preço do petróleo, imposta pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) no ano anterior, estancará o índice do crescimento econômico brasileiro, estandarte do governo até aquele momento.<sup>5</sup>

Esse é o cenário do regime militar em seu décimo ano. Premido pela Igreja Católica, entidades profissionais da classe média e grupos políticos aglutinados no único partido de oposição permitido – o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – a adotar a distensão política, atormentado pelo crescimento do custo de vida (pois o índice do preço ao consumidor duplicará entre 1973 e 1974, passando de 13% para 33,8%) e à véspera do inexorável declínio do enaltecido Produto Interno Bruto (PIB), o qual diminuirá de 13,6% para 9,7%, o governo tem à frente, em 1974, a eleição para a renovação em um terço do Senado e novas composições da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas, a primeira posterior à vitória da ARENA em 92% dos pleitos municipais em 1972, auge do Milagre Econômico, e com efetiva mobilização das lideranças opositoristas

3 Arquivo Nacional, Fundo IPES, documento BR.AN, RIO.QL.O.CDI.37.

4 COUTO e SILVA, 1981, p. 257.

5 Arquivo Nacional, Fundo SNI, documento BR AN, BSB N8.O.PSN, EST.40.

em incorporar a sociedade civil ao debate político por meio de eventos públicos e aproximar-se dos segmentos populares aproveitando o espaço da propaganda eleitoral na rádio e TV para desconstruir o discurso governista apologético da segurança nacional e da irreversibilidade do desenvolvimentismo econômico e social.

### 3 A monografia da imprensa brasileira

O SNI foi implantado em 13 de junho de 1964, no governo Castello Branco, sob a coordenação de Couto e Silva. Redator do Memorial dos Coronéis, manifesto lançado em janeiro de 1954 e subscrito por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis da ativa, responsabilizando, nas entrelinhas, o ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart, por influências esquerdistas nas Forças Armadas, Golbery foi exonerado em 1955 das funções de adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra e transferido para o QG da ID/4 em Belo Horizonte. No ano seguinte, promovido a coronel, integrou a Subseção de Doutrina da Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas, tornando-se chefe do setor em setembro de 1960. Em fevereiro de 1961, início do mandato de Jânio Quadros, foi nomeado chefe de gabinete da Secretária-geral do Conselho de Segurança Nacional, de onde requisitou a transferência para a reserva quando os ministros militares aceitaram a posse do vice-presidente João Goulart, substituto

constitucional do renunciante Jânio Quadros, sob a condição da alteração do sistema político para o parlamentarismo.

Golbery do Couto e Silva passa então a dirigir, desde a fundação, o Grupo de Levantamento da Conjuntura do IPES, responsável no plano teórico das avaliações conjunturais do país e todos os acontecimentos políticos e, no plano prático, a articulação da entidade com militares e setores de informação das áreas operacionais em todas as regiões militares, com vistas a desacreditar o governo Goulart e apeá-lo do poder. O grupo mantinha uma rede nas capitais e abastecia empresários, políticos, militares, religiosos, estudantes e militantes das associações populares e operárias antagonistas ao movimento operário e sindical de esquerda com centenas de artigos e publicações mensais, remetidas às organizações e simpatizantes e divulgadas parte na imprensa, a pedido ou por afinidade dos meios de comunicação. O material da clipagem diária dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Fortaleza e Salvador; das revistas semanais *O Cruzeiro*, *Manchete*, *Visão*, *Fatos & Fotos* e publicações de menor tiragem, as anotações dos milhares de telefones grampeados (3 mil apenas no Rio de Janeiro) e os arquivos e dossiês de 400 mil pessoas e dos grupos considerados associados ao comunismo<sup>6</sup>, operacionalizados pelas entidades filiadas ao IPES, formaram o acervo primário

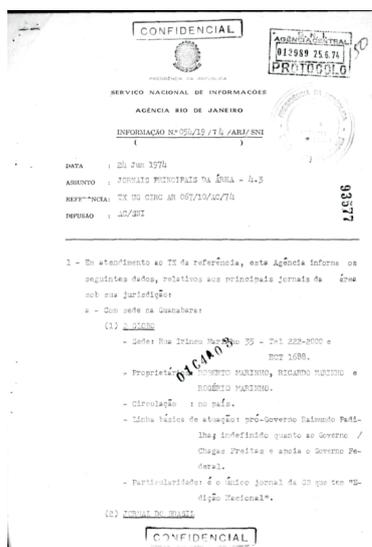
do SNI, acrescido da documentação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI) da Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional.

Considerando a imprensa o espaço da construção semântica da opinião pública e das representações da sociedade e demandas do campo político, Golbery, então chefe do Gabinete Civil do governo Geisel, aciona o SNI para solicitar às 12 agências regionais o mapeamento da imprensa nas respectivas jurisdições (a agência Belém responderia pelo Pará; Belo Horizonte, Minas Gerais; Brasília, Distrito Federal e Goiás; Campo Grande, Mato Grosso; Curitiba, Paraná e Santa Catarina; Fortaleza comportaria Ceará, Maranhão e Piauí; Manaus, no caso Acre, Amazonas e os territórios do Amapá, Rondônia e Roraima; Porto Alegre, o Rio Grande do Sul; Recife, a parte nordestina referente a Alagoas, Paraíba,

Pernambuco e Rio Grande do Norte; Rio de Janeiro abarcava Espírito Santo, Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro; Salvador, Bahia; e a agência da capital paulista, São Paulo), listando os proprietários e a situação legal das empresas amparada em documentação dos cartórios ou juntas comerciais, dados da circulação e zona de influência das publicações, particularidades relevantes, as linhas de atuação do ponto de vista político e o posicionamento editorial de cada um quanto aos governos federal, estadual e local (figuras 1 e 2).

O levantamento das sucursais do SNI culminou em dois arquivos, com um total de 169 páginas, encontrados pelo pesquisador no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro durante investigação sobre a responsabilidade da mídia no golpe militar de 1964. O conteúdo explicita as contendas internas dentro do partido governista e registra

Figura 1 e 2: Modelos do envio das informações solicitadas.



Confidencial

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA AMA/SNI

NOME	SEDE	CIDADE	ESTADO	PROPRIETÁRIO	CIRCULAÇÃO
"A NOTÍCIA"	Pça. Tenreiro Aranha, 33			MANOEL JOSÉ DE ANDRADE NETO e ELIZABETH FINE DE ANDRADE	Estado do Rio de Janeiro
"A CRÍTICA"	Rua Lôbo d'Almada, 278	Manaus	Amazonas	UMBERTO CALDERARO FILHO	Estado do Amazonas
"JORNAL DO COMÉRCIO"	Av. Eduardo Ribeiro, 566			DIÁRIOS ASSOCIADOS	Estado do Rio de Janeiro
"O JORNAL" e "DIÁRIO DA TARDE"	Av. Eduardo Ribeiro, 556			MARIA DE LOURDES ARCHER PINTO	Estado do Rio de Janeiro
"O RIO BRANCO"	Rua Cel. João Donato	Rio Branco	Roraima	DIÁRIOS ASSOCIADOS	Estado do Rio Grande do Sul
"O BOA VISTA"	Boa Vista/RR	Boa Vista	Roraima	GOVERNO DO TERRITÓRIO	Território Roraima
"ALTO MADEIRA"	Pça. Jonathas Pedrosa, 505	Porto Velho	Rondônia	DIÁRIOS ASSOCIADOS	Território Rondônia
"O COMBATE"	Av. Duque de Caxias, 2196	Porto Velho	Rondônia	IRATY MENDES DA SILVA	Território Rondônia
"O GUAPORÉ"	Av. Pres. Dutra, 195	Porto Velho	Rondônia	EMANUEL PONTES PINTO e MAICY GUARANY WANDERLEY	Território Rondônia
"O IMPARCIAL"	Av. Leopoldo de Matos, 388	Guajará Mirim	Rondônia	EMILIO RODRIGUES SANTIAGO	Território Rondônia
"A PALAVRA"	Rua Tenente Brasil, s/n	Vila de Rondonia	Rondônia	NELSON GONCALVES TOMES DE CASTRO	Território Rondônia, AC, Maranhão, Piauí, Roraima

CONFIDENCIAL

os grupos locais governistas no extrato federal e dissonantes nas disputas políticas estaduais e regionais, motivo pelo qual o presidente Ernesto Geisel evocaria no pronunciamento, no final de ano de 1974, para explicar a expressiva derrota da ARENA nas eleições legislativas, com o MDB elegendo 16 dos 22 senadores, duplicando a bancada na Câmara dos Deputados e obtendo a maioria nas assembleias legislativas em São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas e Acre.<sup>7</sup> O documento também expõe as dessemelhanças interpretativas dos quesitos requisitados e nos ajuizamentos em determinadas sucursais, demonstrando dissensões valorativas nas conceituações referentes à temática da segurança nacional, mesmo com a tentativa regimental de normatizar a formação funcional por intermédio da Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1971.

No entanto, a contribuição medular da investigação protagonizada pela espionagem estatal, ao tomar a imprensa como objeto empírico, é relativa aos estudos da mídia brasileira e, por extensão, à epistemologia jornalístico-comunicacional. O inventário dos principais jornais da época reporta às políticas de comunicação no Brasil e o ancestral compadrio do poder público com as lideranças coronelistas, o exponencial monopólio da propriedade na esfera midiática pela classe política e o tácito e implícito acobertamento do Estado no

desrespeito aos princípios constitucionais do veto a parlamentares na direção e administração de empresas beneficiadas por concessões públicas (emissoras de rádio e televisão, por exemplo), a defasagem da perspectiva funcionalista de atribuir à imprensa o inerente princípio panóptico da vigilância virtuosa do poder em relação à preponderância contemporânea do intrínseco caráter intervencionista da mídia, seu poder de achaque, negociação e domínio de outros campos e o eminente papel de instabilizadora e/ou legitimadora dos sistemas de governo e regimes políticos. Se na monografia da imprensa parisiense Balzac descrevia os protótipos humanos constitutivos do universo redacional, no arrazoado do SNI temos a materialização do princípio monográfico da representação metódica da personalidade e lugar de fala das empresas jornalísticas, pela ótica exterior à tribo jornalística, em interação com fatores, elementos e agentes epocais, incitando a exposição do comportamento midiático a exegeses universalizantes ou procedimentos circunstanciáveis.

No consciencioso trabalho executado pelas sucursais do SNI, são listados 22 jornais no Centro-Oeste; 32 no Nordeste; 15 no Norte; 7 na cidade do Rio de Janeiro; 2 no Espírito Santo; 4 em Minas Gerais; 2 no Estado do Rio de Janeiro; 4 paranaenses; 2 em Santa Catarina, 77 no Rio Grande do Sul e 113 em São Paulo. Por que a discrepante diferença dos dados dos dois últimos

7 "Geisel faz balanço da política e da economia". *O Globo*, p. 6, 1º caderno, 31 dez. 1974.

Estados se comparados aos demais? Por causa de interpretação e sistemática peculiares nos dois casos. A agência gaúcha enviou à agência central a relação dos jornais em Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santana do Livramento – a capital, o segundo centro urbano do Estado e as cidades limítrofes ao norte, sul e fronteira-oeste –, com os respectivos proprietários e área de influência, e mais uma lista com as publicações de 52 outros municípios, sem as demais informações solicitadas. Por parte da agência paulista, foram remetidas à capital federal 24 folhas com a transcrição de 113 jornais, 6 revistas, 83 publicações segmentadas, 104 emissoras de rádio, 5 canais de televisão e 11 agências de notícias extraídos da seção relativa ao Estado de São Paulo no Anuário Brasileiro de Propaganda, edição 1973-1974, com a promessa do envio futuro da análise

de conteúdo de cada um dos citados. As duas agências foram posteriormente cobradas da documentação faltante, porém os complementos, se foram expedidos, não foram localizados pelo pesquisador no Arquivo Nacional, podendo encontrar-se no meio das 220 mil microfichas do acervo dos órgãos de segurança e informação encaminhado ao Arquivo Nacional em 2005<sup>8</sup> e ainda em processo de catalogação. Por essa razão, os materiais do Rio Grande do Sul e de São Paulo foram desconsiderados na contagem e lista dos impressos reportados pelo SNI.

#### 4. Análise dos jornais com base nos enquadramentos do SNI

Foram efetivamente analisados 90 jornais, especificados a seguir por região e com as apreciações literais constantes nas microfichas:

CENTRO-OESTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
Correio Braziliense (DF)	De inspiração democrática, identificado com o atual regime brasileiro.	
Diário de Brasília (DF)	De inspiração democrática, identificado com o governo. Linguagem comedida nas críticas a atos do governo ou de autoridades federais e do Distrito Federal.	
Jornal de Brasília (DF)	De inspiração democrática, embora veemente nas críticas ao governo, principalmente a fatos ocorridos no gov. do Pres. Médici.	
Cinco de Março (GO)	Por orientação do proprietário, não se observa campanha sistemática contra o governo federal ou estadual.	
Folha de Goiás (GO)	Oportunista em termos políticos. Linha mais equilibrada em matéria ideológica, refletindo a orientação do Condomínio Associado.	
O Popular (GO)	Não tem trazido maiores problemas à Censura Federal.	Oportunista. No momento, apoia o governo estadual.
Correio da Imprensa (MT)	Face governo federal: todos manifestam-se favoravelmente; face governo estadual: apenas "Equipe" mantém orientação política contrária.	
Correio do Estado (MT)		
Correio do Povo (MT)		

CENTRO-OESTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
Correio do Sudoeste (MT)	<p>Face governo federal: todos manifestam-se favoravelmente; face governo estadual: apenas “Equipe” mantém orientação política contrária.</p>	
Diário da Serra (MT)		
Diário de Corumbá (MT)		
Diário de Cuiabá (MT)		
Equipe (MT)		
Folha da Tarde (MT)		
Jornal da Manhã (MT)		
Jornal do Povo (MT)		
Luta Matogrossense (MT)		
O Estado do Mato Grosso (MT)		
O Momento (MT)		
O Progresso (MT)		
Tribuna do Leste (MT)		

NORDESTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
Gazeta de Alagoas (AL)	Democrática. Apoio aos governos federal e estadual.	
Jornal de Alagoas (AL)		
A Tarde (BA)	Apoia de modo discreto os governos estadual, municipal e federal. Quando tem oportunidade faz crítica ao regime atual.	
Diário de Notícias (BA)	Apoia sem restrições aos governos federal, estadual e municipal e faz propaganda ostensiva dos dois últimos.	
Jornal da Bahia (BA)	Apoio crescente ao governo federal, sobretudo na política econômica e populacional, com restrições seguidas ao BNH, INPS e SUNAB.	Após incidente com ACM, passou a fazer oposição sistemática ao governador e ao prefeito de Salvador.
Tribuna da Bahia (BA)	Jornal de tendência liberal e “avançada”.	Embora considerado um órgão que apoia os governos estadual e municipal, por não criticar diretamente seus titulares, faz críticas severas aos secretários e órgãos públicos.
Correio do Ceará (CE)	Não especificado	Sensacionalista. Costuma inserir notícias inverídicas e boatos. Possui uma colunista que, sistematicamente, critica o governo estadual.
O Estado (CE)		Sensacionalista. Explora a divulgação de crimes e escândalos. Apela constantemente para o tema sexo.
O Povo (CE)		De modo geral favorável ao governo estadual.
Tribuna do Ceará (CE)		
Unitário (CE)		Segue a mesma linha do Correio do Ceará.

NORDESTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
Jornal Pequeno (MA)	Não especificado	Sensacionalista. Exploração de crimes e escândalos.
O Estado do Maranhão (MA)		Independente. Segue orientação do senador José Sarney.
O Imparcial (MA)		Independente. Segue, de modo geral, a linha de conduta dos demais órgãos associados do país.
Correio da Paraíba (PB)	Democrática. Apoio aos governos federal e estadual.	
O Norte (PB)		
Diário de Pernambuco (PE)		
Jornal do Commercio (PE)		
A Hora (PI)	Não especificado	Oposição ao governo estadual.
Folha do Litoral (PI)		Favorável ao governo estadual.
Jornal do Piauí (PI)		
O Dia (PI)		Linha independente.
O Estado (PI)		Favorável ao governo estadual.
O Estado do Piauí (PI)		Oposição ao governo estadual.
O Liberal (PI)		Favorável ao governo estadual.
O Norte do Piauí (PI)		Oposição ao governo estadual.
Diário de Natal (RN)	Democrática. Apoio aos governos federal, estadual e municipal.	
Tribuna do Norte (RN)	Oposicionista. Apoio total ao MDB.	
Diário de Aracaju (SE)	Segue a linha geral dos Diários Associados, inclusive transcrevendo os editoriais do Sul da mesma cadeia. Apoiar os governos federal, estadual e municipal.	
Gazeta de Sergipe (SE)	Adota posição de relativa independência, com críticas construtivas a medidas dos governos estadual e municipal. Tem apoiado as medidas do governo federal e ressaltado os seus êxitos.	
Jornal da Cidade (SE)	Apoia os governos federal, estadual e municipal.	
Tribuna de Aracaju (SE)		

NORTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
O Rio Branco (AC)	Linha de atuação neutra. Raramente comenta fatos de natureza política.	
A Crítica (AM)	Linha de atuação heterogênea.	
A Notícia (AM)	Nada consta.	
Diário da Tarde (AM)	Adota o mesmo critério do matutino O Jornal.	
Jornal do Comércio (AM)	Linha de atuação neutra. Raramente comenta fatos de natureza política.	
O Jornal (AM)	Sem linha de atuação definida. Define de acordo com as conveniências pessoais e econômicas da proprietária.	

NORTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
A Província do Pará (PA)	Apoio, de modo geral, às iniciativas do governo federal.	Defende o atual governo.
Folha do Norte (PA)		Neutra.
O Liberal (PA)		Neutra.
Alto Madeira (RO)	Linha de atuação neutra. Raramente comenta fatos de natureza política.	
A Palavra (RO)	Nada registra que desabone sua linha de conduta.	
O Combate (RO)	Adota uma linguagem incompatível com órgão de imprensa. Procura sempre depreciar autoridades.	É um jornal de oposição que realiza sistemáticas e violentas críticas às autoridades do Território.
O Guaporé (RO)	Sua linha de ação é imparcial. Tem como critério informar a opinião pública objetivamente, sem distorcer a realidade dos acontecimentos.	
O Imparcial (RO)	Nada registra que desabone sua linha de conduta.	
O Boa Vista (RR)	Órgão do governo do Território de Roraima.	

10/17

SUDESTE		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
A Gazeta (ES)	Apoia a Arena e o governo federal.	Atualmente, apoia o governo do Estado.
A Tribuna (ES)		Não apoia o governo estadual.
A Notícia (GB)	Idêntica ao O Dia.	
Diário de Notícias (GB)	Adota posição de equilíbrio em relação ao governo.	É contra o governo Chagas Freitas.
Jornal do Brasil (GB)	Linha de editoriais favorável ao governo federal.	Pró-governo Chagas Freitas.
O Dia (GB)	Não radical contra o governo federal.	Apoia o governo Chagas Freitas.
O Globo (GB)	Apoia o governo federal.	Indiferente ao governo Chagas Freitas.
Tribuna da Imprensa (GB)	É normalmente contra o governo federal, só sendo favorável quando há coincidência de objetivos.	Opõe-se ao governo Chagas Freitas.
Última Hora (GB)	Apoia o governo federal.	
Diário da Tarde (MG)	Segue a mesma linha do Estado de Minas.	
Diário de Minas (MG)	Linha moderada de atuação.	
Estado de Minas (MG)	Mantém linha de conduta moderada e conservadora.	
Jornal de Minas (MG)	Tem procurado criar imagem de jornal independente junto à opinião pública. Recorre ao sensacionalismo e não possui linha ideológica definida.	
A Tribuna (RJ)	Não apresenta uma posição definida em relação ao governo federal. Apoia o MDB.	Opõe-se ao governo Padilha. Combate sistematicamente a corrupção na administração pública.
O Fluminense (RJ)	Combate sistemático ao aumento do custo de vida.	Embora apoie a Arena, não se engaja no esquema do governo Padilha.

SUL		
Publicação	Linha editorial federal	Linha editorial estadual
Diário do Paraná (PR)	Democrática liberal.	
Folha de Londrina (PR)		
Gazeta do Povo (PR)		
O Estado do Paraná (PR)		
O Estado (SC)		
Jornal de Santa Catarina (SC)		

O ordenamento das informações nos quadros prioriza a postura política e editorial dos meios impressos em relação aos governos federal e estadual, passados 10 anos do regime militar. Em todo o material, somente dois jornais são alçados à categoria de oposição efetiva: a *Tribuna do Norte*, no Rio Grande do Norte, e a *Tribuna da Imprensa*, na Guanabara, e por motivos antagônicos e similares. O diário potiguar pertence à família de Aluizio Alves, ex-deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e ARENA e governador entre 1961 e 1966. Cassado com suspensão por 10 anos dos direitos políticos por decreto respaldado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) em fevereiro de 1969, Aluizio Alves ingressa no MDB em 1970 e arregimenta correligionários para a oposição. A *Tribuna da Imprensa*, por sua vez, envereda para a crítica ao governo militar quando Castello Branco suspende, em 1965, as eleições presidenciais diretas, inviabilizando as intenções

de Carlos Lacerda, ex-proprietário do jornal e por quem a *Tribuna da Imprensa* fazia ostensiva campanha ao Palácio do Planalto. A publicação lacerdistas perfilar-se-á à linha dura da área militar, e o jornalista Hélio Fernandes, participante do grupo dos extremistas de direita do IPES<sup>9</sup> e dono do jornal desde 1962, perderá os direitos políticos em novembro de 1966, à véspera da eleição para a qual concorreria como candidato federal pelo MDB da Guanabara, será deportado para Fernando de Noronha pelo presidente Costa e Silva em 1967, por dois artigos considerados desrespeitosos à memória de Castello Branco, e motivará no informe da agência carioca o comentário no item Particularidades sobre a *Tribuna da Imprensa*: “Um de seus acionistas, Hélio Fernandes, mantém amplas relações com os elementos radicais de direita”.<sup>10</sup>

Tangenciam a zona de preocupação o *Jornal de Brasília*, no Distrito Federal, o semanário *Cinco de Maio*, em Goiânia, a *Tribuna da Bahia*, em

9 DREIFUSS, p. 371.

10 Documento AC-ACE-93577/74-001, p. 59, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

Salvador, e o associado *Correio do Ceará*, em Fortaleza. O primeiro faz parte das Organizações Jaime Câmara, tem difusão nacional nos meios políticos, é incisivo nos julgamentos do governo federal e “sensacionalista na divulgação de denúncias contra irregularidades em órgãos públicos”.<sup>11</sup> Embora Wagner Tavares de Goes e Jaime Câmara Júnior constassem como proprietários, o verdadeiro dono da publicação, fato destacado pela sucursal, era Jaime Câmara, delegado em Goiás no governo João Goulart da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), abominada pelos golpistas de 1964, e deputado federal arenista destituído do mandato em 1969 porque, no episódio determinante para a instituição do AI-5, votou contra a cassação do jornalista e deputado federal emedebista Márcio Moreira Alves, exigência do governo militar ao Congresso Nacional. Quanto ao *Cinco de Maio*, a desconfiança provinha de ser Haroldo de Brito Guimarães diretor de redação, punido pelo primeiro ato institucional do regime, sob a pecha de comunista. Por isso, a sucursal anexa o boletim de expedição do jornal *Cinco de Maio* com a relação e o endereço dos 191 distribuidores da publicação no território nacional.

A *Tribuna da Bahia* recebe comentário peculiar da agência local: “Apesar de sua recente

mudança de orientação, adotando uma linha mais conservadora e equilibrada, é o jornal que mais causa preocupação a ASV/SNI, que vem acompanhando atentamente a sua conduta”.<sup>12</sup> O jornal foi fundado em 1969, tendo como redator-chefe J. Quintino de Carvalho, citado como um dos quatro jornalistas responsáveis por O Momento no Índex dos jornais comunistas listados no Inquérito Policial Militar nº 709, sobre o comunismo no Brasil, finalizado em 1966.<sup>13</sup> Quintino de Carvalho, ao falecer, foi substituído por Milton Cayres de Brito, componente do Comitê Central do PCB, eleito na III Conferência Nacional do partido, em 1946. A alteração administrativa, com o empresário Joaci Fonseca de Góes assumindo o jornal, pouco arrefece a suspeita referente à linha editorial, caracterizada por “destaque exagerado para as notícias relativas aos programas governamentais e minimização dos êxitos, simpatia pelo bloco socialista e críticas severas aos Estados Unidos e ao bloco ocidental, fotos e manchetes de dupla interpretação e seleção capciosa de notícias”<sup>14</sup>, derivada da “notória influência de elementos de esquerda na redação”.<sup>15</sup>

Apesar de integrar o conglomerado midiático situacionista dos Diários Associados, o *Correio do Ceará* desperta cuidado da sucursal

11 Documento AC-ACE-93577/74-001, p. 97, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

12 Documento AC-ACE-93577/74-002, p. 39, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

13 CARVALHO (org.), 1967, p. 97.

14 Documento AC-ACE-93577/74-002, p. 38, Fundo SNI, Arquivo Nacional.

15 Idem

por razão idêntica ao *Cinco de Maio*: tem em seus quadros jornalistas incluídos em averiguações e inquéritos policiais militares. “Tem como editor-chefe Francisco Teobaldo Mourão Landim, possuidor de registros que o caracterizam como esquerdista. Francisco Teobaldo Mourão Landim, que exerce a função de diretor da central informativa dos ‘Diários e Rádios Associados’ no Ceará, foi objeto dos doc. Info. 938 e 979/19/AFZ/73 e 094/19/AFZ/74”, especifica o documento na parte destinada a “observações”, para, na coluna “linha básica de atuação”, ser conceituado como “sensacionalista”. Esse termo, também aplicado ao *Jornal de Brasília*, tem significado diferente nos dois casos do sentido pejorativo usualmente utilizado no meio jornalístico e também usado pelo SNI. Há nele a dimensão político-ideológica atribuída pela ideologia de segurança nacional do regime militar, assim detalhada no terceiro volume do Inquérito Policial Militar nº 709 – O Comunismo no Brasil:

Técnica de propaganda sutil – Fotografias ou noticiários depreciativos do regime capitalista, notícias alarmantes sobre crises ou ameaças, aspectos de miséria das populações, críticas sobre as violências policiais, demonstração de corrupção e degradação moral no regime vigente, são assuntos que hábilmente manipulados, deixam de constituir simples noticiário ou jornalismo construtivo, para se tornarem veículos de propaganda sutil dos comunistas para a desmoralização do regime e o descrédito da ordem vigente no conceito popular.<sup>16</sup>

## 5 Considerações finais

As considerações das agências do Serviço Nacional de Informações sobre os principais jornais em todo o país ensejam uma multiplicidade analítica sob perspectivas diversas. Do entendimento dos termos “democrático”, “democrático-liberal”, “neutro” e “linha moderada de atuação”, das razões para abordagens distintas dentro do próprio órgão centralizador do sistema de informação e contrainformação do regime militar às implicações culturais, históricas, políticas e sociológicas acomodadas nesse expressivo retrato midiático, à mercê de exames pluridisciplinares.

No tocante aos campos do jornalismo e da comunicação, searas do pesquisador, a monografia da imprensa brasileira costurada a partir da documentação do SNI contribui em amplificar o horizonte da historiografia jornalística e da História da Comunicação, comumente direcionadas para o Rio de Janeiro e São Paulo, ficando os trabalhos regionais e locais restritos a rodear o campo magnético do objeto de estudo convencional. O levantamento aqui esquadrihado comporta abrangência singular nos estudos da memória jornalística no período 1964-1985.

Por último, optou-se pela partícula do paralelismo mídia e regime militar para reiterar a identificação orgânica das empresas de comunicação com o ideário dos governos militares e, assim,

deslegitimar a recorrente falácia do *mainstream* midiático de alinhamentos correspondentes à época do respaldo da sociedade ao sistema implementado em 1964, sempre reavivada em datas efemérides, como ocorreu no ano passado com os 50 anos do golpe e pode ser repetido agora com os 30 anos do final da ditadura militar.

## Referências bibliográficas e documentais

### Bibliográficas:

A COMUNIDADE ganhou. **Veja**. Brasília, ed. 616, 25 jun. 1980.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. 3 v. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 15 fev. 2015.

CADIOU, François et al. **Como se faz a História: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARVALHO, Ferdinando (org.). **O Comunismo no Brasil: Inquérito policial militar nº 709. Volume III: A agitação e a propaganda**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

COMISSÃO DE FAMILIARES MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. **Dossiê dos mortos e**

**desaparecidos políticos a partir de 1964**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1995.

COUTO e SILVA, Golbery do. **Conjuntura política nacional & geopolítica do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. A ditadura documentada. **ACERVO – Revista do Arquivo Nacional**, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez/ 2008.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. A política de coação no Brasil pós-64. In: FIGUEIREDO, Marcus; KLEIN, Lúcia. **Legitimidade e Coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

FRANCO, Pablo E.; ISHAQ, Vivien. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Militar. **ACERVO – Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008.

HERSCHMANN, Micael; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Globo Universidade / Mauad X, 2008.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

### Documentais:

Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – Arquivo Nacional:

– documento BR.AN, RIO.QL.O.CDI.37 – A ação comunista na imprensa como peça-base à contra-revolução programada para 1974.

Fundo Serviço Nacional de Informações (SNI) –  
Arquivo Nacional:

– documento BR AN, BSB N8.O.PSN, EST.40 – Estudo para reformulação do Conceito Estratégico Nacional.

– documento AC-ACE-93577/74-001.

– documento AC-ACE-93577/74-002.

– documento Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia.

Fundo Divisão de Segurança e Informações do MJ (DSI/  
MJ): Inventário dos Processos da Série Movimentos  
Contestatórios – Arquivo Nacional:

– Processo SECOM nº 53.493 – 23/4/1971.

– Processo SECOM nº 58.611 – 2/8/1972

**Epistemological contribution of the military regime to the journalistic field: the Brazilian press monograph prepared by SNI**

**Contribución epistemológica del régimen militar al campo periodístico: la monografía de la prensa brasileña desarrollada por SNI**

**Abstract**

From the information of major newspapers in all states of Brazil collected by branches of the National Information Service, in the documentation found in SNI Fund of the National Archive, the article conceives a monograph of the Brazilian press, emphasizing confluences, deviations and differences between communication companies and military government, in the intention of making a contribution to the studies of journalistic memory during the military regime and amplify the research sites of national expression of History of Communication in Brazil, commonly restricted to the regions Southeast and South of the country.

**Keywords**

Brazilian press. Newspapers. SNI. Monograph. Military regime.

**Resumen**

A partir de la información de los periódicos más importantes en todos los estados de Brasil recogidos por el Servicio Nacional de Información en la documentación que se encuentra en el Fondo SNI de lo Archivo Nacional, el artículo concibe una monografía de la prensa brasileña, destacando confluencias, desvíos y desacuerdos entre las compañías de medios y el gobierno militar, a fin de contribuir a los estudios de la memoria periodística durante el régimen militar y ampliar los sitios de búsqueda de expresión nacional de Comunicación de la historia de Brasil, habitualmente restringidos a Sudeste y Sur.

**Palabras clave**

Prensa brasileña. Periódicos. SNI. Monografía. Régimen militar.

Recebido em:  
08 de julho de 2015

Aceito em:  
05 de outubro de 2015

## Expediente

A revista E-Compós é a publicação científica em formato eletrônico da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Lançada em 2004, tem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de Comunicação, inseridos em instituições do Brasil e do exterior.

## E-COMPÓS | [www.e-compos.org.br](http://www.e-compos.org.br) | E-ISSN 1808-2599

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Brasília, v.18, n.3, set./dez. 2015.

A identificação das edições, a partir de 2008, passa a ser volume anual com três números.

Indexada por Latindex | [www.latindex.unam.mx](http://www.latindex.unam.mx)

## CONSELHO EDITORIAL

**Alexandre Farbiarz**, Universidade Federal Fluminense, Brasil  
**Alexandre Rocha da Silva**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Ana Carolina Damboriarena Escosteguy**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Ana Carolina Rocha Pessoa Temer**, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
**Ana Regina Barros Rego Leal**, Universidade Federal do Piauí, Brasil  
**Andrea França**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
**André Luiz Martins Lemos**, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
**Antonio Carlos Hohlfeldt**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Arthur Ituassu**, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil  
**Álvaro Lorangeira**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Ângela Freire Prysthon**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
**César Geraldo Guimarães**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
**Cláudio Novaes Pinto Coelho**, Faculdade Cásper Líbero, Brasil  
**Daisi Irmgard Vogel**, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
**Denize Correa Araujo**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Eduardo Antonio de Jesus**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil  
**Daniela Zanetti**, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
**Eduardo Vicente**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Elizabeth Moraes Gonçalves**, Universidade Metodista de São Paulo, Brasil  
**Erick Felinto de Oliveira**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
**Francisco Elinaldo Teixeira**, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
**Francisco Paulo Jamil Almeida Marques**, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
**Gabriela Reinaldo**, Universidade Federal do Ceará, Brasil  
**Goiamérico Felício Carneiro Santos**, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
**Gustavo Daudt Fischer**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
**Herom Vargas**, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil  
**Itania Maria Mota Gomes**, Universidade Federal da Bahia, Brasil

**Janice Caiafa**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
**Jiani Adriana Bonin**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil  
**José Afonso da Silva Junior**, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
**José Luiz Aidar Prado**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil  
**Juçara Gorski Brittes**, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
**Kati Caetano**, Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil  
**Lilian Cristina Monteiro França**, Universidade Federal de Sergipe, Brasil  
**Liziane Soares Guazina**, Universidade de Brasília, Brasil  
**Luiza Mônica Assis da Silva**, Universidade de Caxias do Sul, Brasil  
**Luciana Miranda Costa**, Universidade Federal do Pará, Brasil  
**Malena Segura Contrera**, Universidade Paulista, Brasil  
**Maria Ogécia Drigo**, Universidade de Sorocaba, Brasil  
**Maria Ataíde Malcher**, Universidade Federal do Pará, Brasil  
**Marcia Tondato**, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
**Marcel Vieira Barreto Silva**, Universidade Federal da Paraíba, Brasil  
**Maria Clotilde Perez Rodrigues**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Maria das Graças Pinto Coelho**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil  
**Maurício Ribeiro da Silva**, Universidade Paulista, Brasil  
**Mauro de Souza Ventura**, Universidade Estadual Paulista, Brasil  
**Márcio Souza Gonçalves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil  
**Micael Maiolino Herschmann**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
**Mirna Feitoza Pereira**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
**Nísia Martins Rosario**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Potiguara Mendes Silveira Jr**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil  
**Regiane Regina Ribeiro**, Universidade Federal do Paraná, Brasil  
**Rogério Ferraraz**, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil  
**Rose Melo Rocha**, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
**Rozinaldo Antonio Miani**, Universidade Estadual de Londrina, Brasil  
**Sérgio Luiz Gadini**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil  
**Simone Maria Andrade Pereira de Sá**, Universidade Federal Fluminense, Brasil  
**Veneza Mayora Ronsini**, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
**Walmir Albuquerque Barbosa**, Universidade Federal do Amazonas, Brasil

17/17

Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compos, Brasília, v.18, n.3, set/dez. 2015.

## COMISSÃO EDITORIAL

**Cristiane Freitas Gutfreind**  
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Irene Machado**  
 Universidade de São Paulo, Brasil

## CONSULTORES AD HOC

**Claudia Peixoto de Moura**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Francisco Rüdiger**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Juremir Machado da Silva**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil  
**Maria Aparecida Baccega**, Universidade de São Paulo, Brasil  
**Roberto Tietzmann**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

## EQUIPE TÉCNICA

**ASSISTENTE EDITORIAL** | Márcio Zanetti Negrini  
**REVISÃO DE TEXTOS** | Press Revisão  
**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA** | Roka Estúdio  
**CONTATO** | [revistaecompos@gmail.com](mailto:revistaecompos@gmail.com)

## COMPÓS | [www.compos.org.br](http://www.compos.org.br)

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação

Presidente  
**Edson Fernando Dalmonte**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea - UFBA  
[edsondalmonte@uol.com.br](mailto:edsondalmonte@uol.com.br)

Vice-presidente  
**Cristiane Freitas Gutfreind**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – PUC-RS  
[cristianefreitas@puccrs.br](mailto:cristianefreitas@puccrs.br)

Secretário-Geral  
**Rogério Ferraraz**  
 Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
 Universidade Anhembi Morumbi  
[rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br](mailto:rogerioferraraz@anhembimorumbi.edu.br)